

POLÍTICA EXTERNA ALTIVA E ATIVA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 21.11.10

Decisão mais importante da diplomacia do Brasil foi rejeitar a Alca sem entrar em conflito com os EUA

Em entrevista para a **Folha** (15/11) o ministro Celso Amorim afirmou que o presidente Lula e ele procuraram fazer uma política externa "altiva e ativa". Terão sido bem-sucedidos?

Estou convencido que sim, mas para responder a esta questão é preciso considerar que vivemos na era da globalização na qual os Estados-nação experimentam uma contradição essencial.

Nunca foi tão intensa a competição entre eles, mas, em contrapartida, nunca foi tão necessário que cooperassem e coordenassem suas ações.

Os grandes países não mais se ameaçam com guerras, mas, como os mercados foram abertos e as exportações cresceram mais do que a produção, a competição econômica entre eles aumentou.

E, visando regular essa competição e resolver uma série de problemas globais como o aquecimento global, as máfias das drogas, as epidemias globais, as catástrofes e tsunamis, a cooperação entre as nações é cada vez mais necessária.

Por outro lado, os EUA, a Europa rica e o Japão (o Império) continuaram a dificultar o desenvolvimento econômico dos países que se industrializaram tardiamente.

Suas armas são seus conselhos e pressões.

O mais danoso deles é o de que procurem crescer apoiados na "poupança externa" e, portanto, aumentem seu endividamento externo. Dessa forma os países ricos dão vazão a seu excesso de capital ao mesmo tempo em que nos fragilizam financeiramente e nos tornam dependentes.

As decisões que os países em desenvolvimento precisam tomar para enfrentar essas pressões são internas, mas uma política externa nacionalista e cooperativa pode ajudar nessas tarefas.

A decisão mais importante foi a de rejeitar a Alca -o Acordo de Livre Comércio das Américas- sem entrar em conflito com os EUA.

Quando o Brasil condicionou sua entrada na Alca ao respeito a uma série de princípios de autonomia nacional, os EUA desistiram.

As políticas de fortalecimento do Mercosul, de criação da Unasul, e de solidariedade ativa, mas limitada aos países pobres da América Latina governados por partidos nacionalistas e de centro-esquerda foram também bem-sucedidas.

Na relação com a Bolívia, que precisava renegociar contratos danosos, o Brasil mostrou a diferença entre ser imperial e imperialista.

Os críticos afirmam que ao negociar com países com governos autoritários que não respeitam os direitos humanos o Brasil estaria fortalecendo esses governos.

Não há, entretanto, nenhum governo de grande país que estabeleça essa condição para negociar.

Ela é apenas lembrada para justificar pressão e intervenção em países com governos nacionalistas.

Afirmam também que a política externa fracassou em relação à candidatura ao Conselho de Segurança da ONU.

Em compensação, o Brasil passou a participar do G20, e, depois de sua tentativa de intermediação do problema Irã, tornou-se claro para todos que sua participação nos principais foros internacionais é necessária.

Naturalmente o Império não aceitou a intermediação, mas Brasil e Turquia marcaram um ponto.

Na verdade, nestes oito anos, o Brasil marcou muitos pontos no plano internacional.